



MEMÓRIAS DO POVO FULNI-Ô: DOS ALDEAMENTOS NO SÉCULO XVII AO RECRUTAMENTO PARA A GUERRA DO PARAGUAI.

Sandra Raquel Rodrigues Duarte

Universidade Católica de Pernambuco

sandra.00000861362@unicap.br

RESUMO

Com o início da colonização do interior do Estado de Pernambuco, o colonizador deparou-se com um povo corajoso e resistente, que lutou e ainda luta pela sua sobrevivência e pela preservação da sua cultura. Os Carnijós, hoje chamados e reconhecidos como Fulni-ô, vêm lutando incansavelmente, por séculos, pela manutenção e sobrevivência de sua cultura, através de seu idioma próprio – o iatê, e de seus rituais religiosos – como o do Ouricuri, únicos no País. O referido povo originário teve importante papel na fundação e cultura do Município de Águas Belas – PE, bem como na própria história do Brasil, ao participar da Guerra do Paraguai. O artigo tem o objetivo de apresentar o resultado parcial da pesquisa em andamento, a qual estuda as relações de poder entre os Fulni-ô e a elite fundadora do Município de Águas Belas, bem como os conflitos, a identidade e as memórias, demonstrando o papel fundamental e a participação desse povo guerreiro na história do Brasil e na formação do Município. No primeiro momento, trata dos aspectos gerais do povo Fulni-ô, da historicidade e da formação dos aldeamentos e do desrespeito constante ao território indígena, que perdura até os dias de hoje. No segundo momento, relata sobre a participação do povo Fulni-ô na Guerra do Paraguai, episódio histórico que impactou a memória do povo e teve reflexos na história

do Brasil, discorrendo também sobre o tratamento dado pelo Império aos indígenas que voltaram. Este estudo adotará uma abordagem qualitativa e de caráter histórico, analisando fontes primárias, pesquisa de história oral e revisão bibliográfica. Considerando que a pesquisa ainda está em andamento, apresenta-se resultado parcial, buscando compreender as experiências e resistências da referida comunidade indígena relacionada ao tema. Por fim, o artigo promove uma reflexão sobre o passado dos Fulni-ô, sua identidade e suas memórias, contribuindo para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento de uma narrativa mais plural.

Palavras-chave: Fulni-ô; Memórias; Preservação; Guerra do Paraguai.

Introdução

A história do Brasil é marcada por conflitos resultantes da convivência desarmoniosa entre diferentes povos e visões de mundo. Quando observada a partir das margens, e não do centro, revela um país plural, rico em cultura, mas que tem uma história de opressão e de tentativas de apagar a memória dos conquistados.

Dentre esses povos, os descendentes dos Carnijós, hoje chamados de Fulni-ô, destacam-se por sua luta pela sobrevivência, pela terra e pela manutenção de suas memórias e tradições. Os Fulni-ô, que se estabeleceram entre a Serra do Comunaty e o Rio Ipanema, preservaram sua língua nativa, o *iatê*, realizam um dos rituais religiosos mais antigos do Brasil, o Ouricuri, e ainda lutam pela preservação de suas terras, as quais são alvo de disputas e invasões desde o período colonial.

É preciso destacar que a Coroa Portuguesa, a partir do século XVII, instituiu os aldeamentos, com o intuito de controlar e explorar os povos originários, restringindo-os a um território delimitado, transformando-os em recurso militar e mão de obra disponível aos interesses coloniais. Tendo os Fulni-ô participado dos primeiros aldeamentos de Pernambuco (na época eram conhecidos como Carnijós), sua história é indissociável da resistência à violência imposta pela Coroa e pela sociedade da época.

No século XIX, ocorreu o maior conflito armado da América do Sul, a Guerra do Paraguai, que marcou profundamente a memória coletiva do povo Fulni-ô. Esse conflito exigiu o recrutamento forçado de milhares de pessoas pobres, escravizadas e indígenas. Dezenas de Fulni-ô foram arrancados de sua aldeia, para lutar em uma guerra que não lhes pertencia. Poucos retornaram, e o efeito demográfico ficou inscrito na memória e na oralidade do grupo, como um símbolo de sacrifício e traição.

Além de recuperar eventos quase esquecidos, busca-se restituir o protagonismo a um povo corajoso e resistente, que colaborou para a formação do Município de Águas Belas - PE e com a própria história do Brasil, através de sua participação na Guerra do Paraguai. Pretende-se, assim, colaborar para uma historiografia mais plural, que reconheça o papel dos povos indígenas na construção do País, valorizando sua cultura como parte essencial da identidade brasileira.

I – Aspectos gerais da história do povo Fulni-ô.

O agreste pernambucano tem sido uma região de conflitos, memórias e resistência desde o início de sua colonização. Destaca-se, naquela localidade, o Rio Ipanema, que banha os estados de Pernambuco e Alagoas. Às suas margens, no espaço entre a Serra do Comunaty e o Rio Ipanema, floresceu a cultura de um povo originário, resistente e corajoso, o qual se autodenomina atualmente de Fulni-ô, descendentes dos Carnijós.

A fertilidade do referido espaço é essencial para a região, já que proporciona a produção agrícola no local, ainda que temporariamente em alguns anos, pois a região está no polígono da seca do Nordeste. A importância da região é notável atualmente, sendo mais importante ainda no passado, quando a produção de alimentos localmente era fundamental para a sobrevivência da população ocupante.

No final do século XVII e início do século XVIII, observando a relevância do referido território, a Coroa Portuguesa determinou a instalação de aldeamentos na região, cujo propósito era agrupar os remanescentes dos povos originários. Essa espécie de povoamento, por ser limitado territorialmente, facilitava a catequização, a assimilação e o controle. Inicialmente, a região abrigou três aldeamentos, dos povos Xucuru, Xocó e Carapotó (DANTAS, 2010, p. 05).

Contudo, o desrespeito à demarcação das terras necessárias à subsistência dos indígenas pelos fazendeiros brancos sempre foi um fator recorrente na região, culminado na expedição de um alvará real, em 1700, o qual determinou a doação de uma légua de terra para a subsistência dos indígenas. O descumprimento a esse alvará fez com que fosse emitida uma ordem executiva, em 1705, pela Rainha da Grã-bretanha e Infanta de Portugal, D. Catarina de Bragança, para que fosse cumprida a determinação da doação da légua aos índios.

Assim, foram formados três aldeamentos, referentes aos povos Xurucu, Xocó e Carapotó. Contudo, a partir de 1749, são mencionados apenas dois povos entre a Serra do Comunaty e o Rio Ipanema, ambos de indígenas da língua geral, chamados de “Carnijós”, palavra que passou a designar todo aquele grupo étnico, falante da língua geral, independentemente de suas particularidades.

Foi assim que as margens do Rio Ipanema abrigaram o aldeamento de um dos povos mais tradicionais de Pernambuco, verdadeiros sobreviventes da colonização. Segundo Diaz, acredita-se que diversos povos originários se uniram de forma clânica, adotando o nome do grupo anfitrião: Fulni-ô (DIAZ, 1998). Considerando que os aldeamentos dos Xucuru, Xocó e Carapotó desapareceram, dando lugar aos aldeamentos dos Carnijós (indígenas que falavam uma língua comum), e que, posteriormente, passaram a ser conhecidos como Fulni-ô, essa asserção é bastante aceita e difundida.

No entanto, há autores que não concordam com essa tese, afirmando a impossibilidade de se realizar uma ligação contínua entre os Carnijós do século XVII e os Fulni-ô do século XX, por serem populações distantes temporalmente. Dantas, entre outros, informa não ser possível confirmar ou verificar uma continuidade entre os Carnijós e os Fulni-o, tendo como justificativa o fato de que essas populações passaram por processos históricos de miscigenação com outros povos indígenas – como, por exemplo, os Xocó, Xucuru, Carapotó, Progez etc., e com os brancos e negros que povoaram a localidade. Haveria, então, um processo de transformação e recriação de suas culturas (DANTAS, 2010, p. 06).

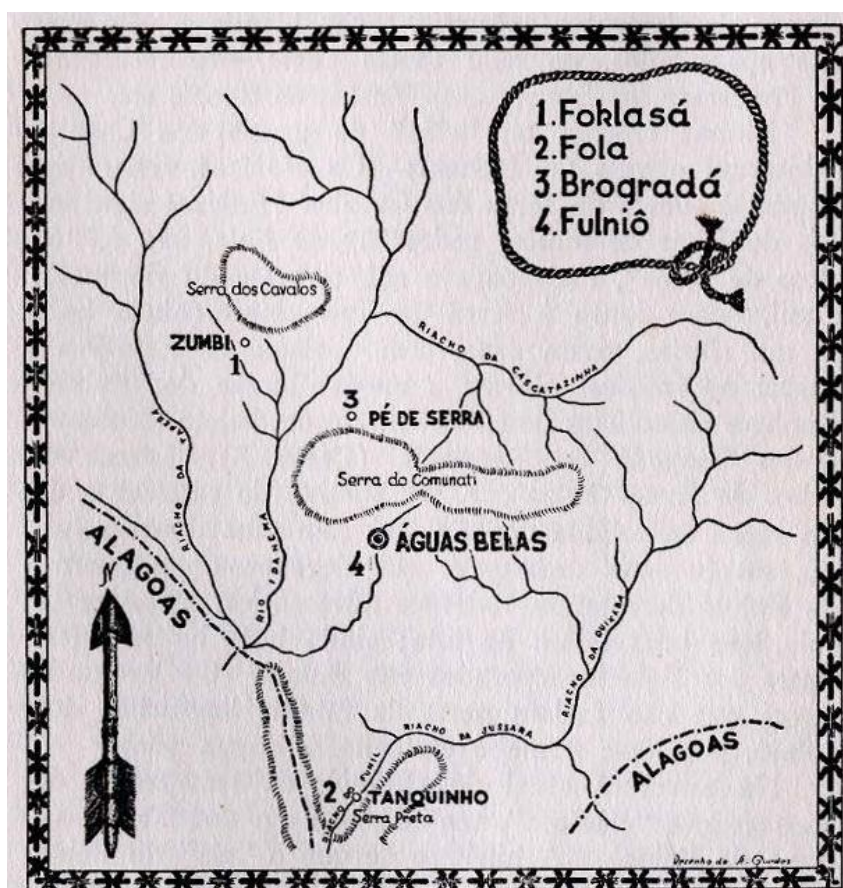
Segundo Branner, havia uma confusão de denominação no local. O que acontecia é que os brasileiros da época chamavam os índios daquela localidade de Carnijós, enquanto os próprios índios se autodenominavam de Fulni-ô (BRANNER, 1927, p. 364). Nesse sentido, aquele povo passou a ser conhecido como Carnijó, denominação que caracterizou seu aldeamento colonial, considerando também que não tinha voz forte o suficiente para fazer valer seu nome.

Por sua vez, o Professor Estevão Pinto relata que era comum a duplicidade de nomes para as tribos brasileiras. No caso específico de Águas Belas, os indígenas utilizavam a palavra *Iacotóa* (nosso povo) para o seu grupo em geral, vivendo na mesma região ou em local diverso. Já a palavra Fulni-ô tinha o sentido particular de “gente que mora junto ao rio”, sendo, portanto, um nome tribal. Considerando o fato de que os

indígenas da referida localidade eram bons pescadores e moravam junto ao Rio Ipanema, essa seria a melhor interpretação da palavra (PINTO, 1956, p. 61-62).

Para o mencionado autor, a palavra Carnijó poderia ter origem na palavra Carijó, referindo-se tanto a indígenas amansados como a mestiços cafusos, descendentes de negros e índios, mas não acredita que essa seja a melhor interpretação da origem do nome. Considerando a possibilidade de que os chamados Carnijós eram descendentes dos Tapuias, possivelmente, a palavra Carnijó era empregada pelos Tupi para designar os Fulni-ô, não tendo um significado específico conhecido. Os Fulni-ô, então, estariam dentro de um grupo cujos elementos culturais são idênticos ao dos Xocós e Xucurus, entre outros. (PINTO, 1956, p. 63-67).

Abaixo, segue um croqui, registrado por Estevão Pinto, da área em que habitavam os indígenas (PINTO, 1956, P. 68). Contudo, os detalhes geográficos não são muito exatos:



Assim, este trabalho filia-se à tese mais aceita, de que os chamados Carnijós são fruto da união de outros povos originários já citados, como os Carapotós, os Xocós (ou shocós) e os Xucurus, tendo-se unido em um só povo, e se organizado na forma de clãs, como já explicado acima. A evidência histórica e documental que se tem aparenta uma continuidade de povos com uma mudança de nome. Outrossim, a interação dos Carnijós com os colonizadores e escravos, e o futuro reconhecimento da denominação “Fulni-ô” não são suficientes para descaracterizar sua ancestralidade.

Nesse sentido, Schröder afirma que os Fulni-ô eram conhecidos oficialmente pelo nome de Carnijós desde o século XVII, sendo reconhecidos como Fulni-ô apenas mais recentemente. Destaca-se que a maioria dos nomes das tribos indígenas do Brasil não são autodenominações, mas nomes, algumas vezes pejorativos, que eram dados a essas tribos por outros povos (Schröder, 2012, p. 6-8). Conclui-se, então, que, de fato, os Fulni-ô eram conhecidos oficialmente como Carnijós, esta a nomenclatura oficial até o século XX. Conforme lutaram, foram reconhecidos oficialmente pela sua autodesignação: Fulni-ô, nomenclatura que será utilizada a partir de agora.

É preciso destacar também que os Fulni-ô são o maior grupo indígena do Nordeste, tendo língua própria preservada e rituais religiosos mantidos. Grande parte de sua cultura foi preservada, principalmente devido ao seu isolamento, já que seu território populacional é bem demarcado em relação à cidade que lhe é vizinha. Nessa esteira, a língua falada é o *iatê* (ou *yathê*), que é a língua originária do povo Fulni-ô e significa “nossa boca”, sendo seu maior elemento de coesão e estabilidade.

Segundo Estevão Pinto, o *iatê* é um dialeto autônomo e isolado, não pertencente a nenhuma família catalogada no Brasil, de forma que sua singularidade faz com que seja considerada um dos idiomas mais interessantes de todas as línguas indígenas (PINTO, 1956, p. 70-81). Existem registros desse dialeto desde o século XVII, de forma que o *iatê* falado hoje ainda é o mesmo da época da colonização, com alguns poucos neologismos. É, inclusive, falado nos rituais religiosos indígenas, que são parte do tesouro cultural da região, e nas terras sagradas dos Fulni-ô, região conhecida como Ouricuri¹.

¹ É necessário fazer o seguinte esclarecimento: quando se fala em Ouricuri, não se trata do Município de Ouricuri, no Estado de Pernambuco, mas de uma região dentro do território indígena, de natureza religiosa e sagrada, no Municípios de Águas Belas – PE. A palavra ouricuri é utilizada para designar uma palmeira típica da caatinga. Contudo, atualmente, o ritual dos Fulni-ô é realizado ao redor de um frondoso juazeiro.

Na terra do Ouricuri, os indígenas se juntam uma vez por ano, pela duração de três meses, de setembro até novembro. Nessa ocasião, é proibida a presença de não-índios no local. Os Fulni-ô orgulham-se de manter sua prática religiosa, pois é um instrumento de resistência à dominação dos não-índios. A religião representa sua identidade, ajudando a garantir a persistência étnica do grupo.

O ritual é hermético, ou seja, permeado de cuidados e sigilos, de forma que, até o presente momento, não se sabe exatamente como acontece ou o que é realizado lá. Contudo, existem curiosidades que valem à pena a menção. Eliana Quirino compilou algumas dessas curiosidades, por exemplo: 1) é de comum consenso que, quando está próximo do início do ritual do Ouricuri, sempre falece um índio Fulni-ô, fato bastante comentado pelos índios e não-índios da região; 2) quando morre o cacique ou o pajé, o próximo é escolhido por uma força sobrenatural durante o ritual do Ouricuri; e 3) as mulheres não podem se aproximar do juazeiro sagrado em hipóteses alguma. (QUIRINO, 2006, p. 116).

Quanto a sua organização, a sociedade Fulni-ô é dividida em clãs hierarquizados, com um sistema social complexo e antigo. É um sistema tribal familiar, organizado conforme sua hierarquia social. Os clãs são conhecidos como grupo do Fumo; grupo do Pato; grupo do Porco; grupo do Periquito; e grupo do Peixe. Segundo a mitologia local, essa separação foi realizada pelo deus *Sewlihokhlá* (que significa “grande criador da gente”), havendo também imposições de restrições alimentares para os membros de cada grupo e um sistema complexo de casamentos, evitando-se, mas não proibindo, o casamento dentro do mesmo clã. (PINTO 1956, 116 - 125).

Percebe-se, então, que a história do povo Fulni-ô é uma história de resistência e de luta pela sobrevivência de sua cultura. É um povo guerreiro, que não foi totalmente conquistado e que preserva grande parte de sua cultura e religiosidade. Por conta de suas características, sempre foi vítima de tentativas de extermínio silenciosas, como o desrespeito ao limite de suas terras, a redução dos seus aldeamentos, entre outros. Um dos episódios mais marcantes para a história dos Fulni-ô foi seu recrutamento para lutar na Guerra do Paraguai, acontecimento que exterminou quase a metade da população masculina local da época, como será demonstrado adiante.

II – Aspectos Gerais Sobre a Presença dos Fulni-ô na Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul, perdurando entre 1864 e 1870, sendo a mais sangrenta guerra do século XIX. No conflito, mais de meio milhão de pessoas perderam a vida. Dentre elas, aproximadamente a metade da população do Paraguai foi ceifada. O mapa da América do Sul foi redefinido, e as consequência demográficas perduram até os dias de hoje.

Previamente ao início da Guerra, em um intervalo de vinte anos, aconteceram as chamadas Questões Platinas, as quais, em resumo, foram uma série de conflitos diplomáticos e militares entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Nesse contexto, as dificuldades que o Brasil teve em invadir o Uruguai em 1864 foram interpretadas como fraqueza por Solano Lopez, o que acabou por antecipar as suas pretensões bélicas contra o Brasil (DORATIOTO, 2002, p.70).

Em novembro de 1864, o Paraguai invadiu o Brasil, especificamente o estado do Mato Grosso, região de disputa entre colonos, tomando o Forte Coimbra, mesmo sem uma declaração de guerra formal. Iniciou-se, então, a Guerra do Paraguai, Guerra Guasu ou Guerra da Tríplice Aliança. Após invadir o Mato Grosso, Solano Lopez invadiu o Rio Grande do Sul, em busca de uma saída para o mar. O Paraguai contava com um exército de aproximadamente 18 mil homens, que era muito superior ao do Brasil naquele momento.

O conflito trouxe uma aproximação ímpar entre Brasil, Argentina e Uruguai, que se uniram para derrotar o Paraguai. Em março de 1865, os três países assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, que os unia contra a nação invasora, prevendo ganhos territoriais e o impedimento de que qualquer dos membros celebrasse a paz em separado com o Paraguai. A partir daí, deu-se um verdadeiro genocídio da população paraguaia, com a eliminação de quase metade de seus habitantes, em especial de homens e meninos.

É preciso destacar o baixo número de tropas brasileiras no momento da guerra, em relação às tropas do Paraguai. O exército imperial se viu impossibilitado de combater sozinho o invasor. Outrossim, sabia-se pouco sobre o território paraguaio, de forma que os brasileiros foram elaborando mapas conforme iam invadindo o território. O efetivo militar do império na época era muito baixo, sendo necessário arregimentar homens nas províncias, utilizando-se de diversas estratégias para satisfazer a necessidade de pessoal (VALÉRIO, 2023, p. 42).

Umas das táticas utilizadas foi o apelo ao sentimento patriótico do povo brasileiro, criando-se, através do Decreto nº. 3.371, de 07 de janeiro de 1865, os batalhões de guerra chamados de Voluntários da Pátria. O referido diploma normativo trazia diversos incentivos aos voluntários, tais como igualar os voluntários aos Cadetes, podendo ser promovidos para oficiais; pagamentos de indenização após três anos de exercício depois da realização da paz; direito a empregos públicos; pensão para as famílias dos que falecerem em batalha, dentre outros².

Contudo, mesmo esses benefícios não foram suficientes para atrair o número necessário de soldados. É preciso destacar que as condições de saúde no fronte de batalha eram extremamente precárias de maneira que muitos soldados morriam de doenças, e não em decorrência do confronto direto. Enfermidades como cólera, varíola, malária e outras infecções mataram mais do que os ferimentos de batalha (FIORAVANTI, 2021).

As notícias das mortes e das condições da batalha se espalhavam pelo Brasil. Outrossim, o Império não cumpria suas promessas, de forma que os voluntários estavam passando dificuldades financeiras mesmo após a baixa. De posse desses fatos, as pessoas se recusavam lutar, fazendo com que o número de voluntários fosse muito aquém do necessário. A partir dessa constatação, começou o recrutamento forçado de pessoas para a guerra. Foram, então, incorporados ao Exército muitos escravos e indígenas.

Destaque-se que o recrutamento e a militarização de indígenas e aldeamentos foram práticas recorrentes na história do Brasil. As aldeias sempre foram vistas como reserva de mão de obra e local de recrutamento para combater povos hostis à Coroa e os quilombolas, por exemplo. A militarização dos indígenas era estratégica e vista como necessária para a realização de objetivos determinados. Para a Guerra do Paraguai, da mesma forma, os indígenas foram obrigados a ir ao fronte de batalha, participar de um conflito que não lhes pertencia.

Com os Fulni-ô não foi diferente, eles foram forçados a participar do conflito. É preciso destacar que indígenas de diversas etnias ingressaram voluntariamente no programa Voluntários da Pátria, já tratado anteriormente. Contudo, quando do seu retorno, o Império não cumpriu com sua palavra, não pagando a devida retribuição aos voluntários. Então, os que voltaram encontravam-se em situação extremamente precária,

² Respectivamente, os artigos 6º, 7º, 8º e 9º. Diversos outros direitos eram garantidos também, como, por exemplo, 22.500 braças quadradas de terras nas colônias militares ou agrícolas (art. 3º).

muitas vezes amputados e sem recursos até para comer. Os relatos de outros indígenas da região chegavam à aldeia Fulni-ô, já que buscavam refúgio lá, ajudando a espalhar as notícias do fronte. (FRADIQUE, 2023, p. 30-36).

Dessa forma, os Fulni-ô, assim como outros povos originários, passaram a usar táticas para evitar o recrutamento forçado, como, dentre outras, a de esconderem-se na mata, casarem-se com mulheres mais velhas, vestir-se de mulher e forjar doenças. Chegou-se ao ponto de indígenas invadirem delegacias para libertar presos que seriam levados para a Guerra do Paraguai, de atentarem contra a vida de delegados e subdelegados e emboscar escoltas de recrutas de criminosos, comprometendo a ordem pública no Estado de Pernambuco (LUCENA FILHO, 2000, p. 97-128).

Por sua vez, as forças do Império também passaram a usar táticas ardilosas para forçar os indígenas ao recrutamento. Um desses casos marcou os índios Fulni-ô profundamente, pois foram enganados a comparecer a uma cerimônia e, durante sua realização, foram cercados, aprisionados, e levados para morrer na Guerra. Os relatos se complementam, de acordo com a fonte, especialmente em relação a data. Contudo, é um fato que aconteceu e que marcou a história da população Fulni-ô até os dias de hoje.

É contado que, em 1865, alguns indígenas haviam sido presos de indevidamente por algumas autoridades. As mulheres, então, foram pedir a libertação deles. As autoridades informaram que soltariam os presos se, em frente à cadeia, fosse dançado o *tolê* (dança típica dos Fulni-ô, que é majoritariamente performada por homens). Então, os Fulni-ô se organizaram e foram dançar da melhor maneira possível, para honrar os brancos. Enquanto dançavam, as autoridades montaram um cerco e prenderam a maioria dos homens ali presentes – 72 no total, enviando-os à capital (Rio de Janeiro-RJ) para lutarem na Guerra. Alguns que conseguiram fugir foram para a caatinga e lá ficaram (MELO; CAMPELLO; GUEIROS, 1930).

Os relatos Fulni-ô divergem quanto aquele número, informando que foram enviados entre 70 e 100 homens. Esses dados não foram registrados de forma escrita pelos Fulni-ô, apenas na tradição oral, e eles não falam sobre os acontecimentos na frente de batalha. Contudo, sempre que vão recontar a sua história, relembram que seus antepassados foram para a guerra, defender a pátria. Por exemplo, segue o depoimento do Cacique João de Pontes:

Na época da Guerra do Paraguai foi uma faixa de cem índio e voltou quarto ou cinco. Os que ficaram passaram uma média de 11 anos sem ir no Ouricuri por falta de gente provavelmente, é o que contava meus avôs. Quando os cinco voltaram, a Princesa assinou uma carte régia doando terra aos índios. Isso é o que contam, porque ela doou terra que não era dela. Doou uma légua em quadra de um lugar que eles já moravam. Ela perguntou a eles se eles queriam terra ou dinheiro. Um deles disse que preferia terra que nunca se acabava (João de Pontes, 78 anos, Cacique Fulni-ô) [*sic passim*] (in: QUIRINO, 2006, p. 84).

O referido documento mencionado pelo Cacique trata-se de uma Carta Régia, supostamente emitida pela Princesa Isabel em 1877, através da qual ela concedia terras (que já faziam parte do aldeamento) aos indígenas da tribo Fulni-ô, como agradecimento pela sua participação da Guerra do Paraguai. Contudo, o destino desse documento é incerto, se é que de fato existiu, havendo a possibilidade de ele não passar de mais um artil dos colonizadores.

Nesse sentido, é preciso atentar para o seguinte fato: o direito imemorial dos Fulni-ô à propriedade da terra, por terem sido os primeiros habitantes dela, não é passível de ser provado por documentos e é constantemente ignorada pelos não-índios. Contudo, o direito à terra pela suposta doação realizada é passível de prova documental. Para os Fulni-ô, a doação da terra pela Princesa Isabel, então, é utilizada para subsidiar seu direito de permanência e propriedade da terra questionada. Contudo, não se sabe exatamente o paradeiro do documento. (QUIRINO, 2012, 109-111). Esse tema necessita de mais pesquisas, as quais poderão ser realizadas posteriormente, buscando-se uma resposta definitiva para a existência ou não do documento.

Independentemente da existência ou não da Carta Régia, os Fulni-ô são os legítimos donos da terra, e nela se estabeleceram desde antes da colonização. A realidade é que a história e a memória dos Fulni-ô são repletas de conflitos pela posse da terra e pela sua própria sobrevivência. Inicialmente, após entrarem em contato com o colonizador, tiveram seu território inicial limitado a um aldeamento, o qual era desrespeitado constantemente.

III – Conclusão.

O povo Fulni-ô é um povo originário que faz parte de um grupo étnico único no Brasil, com idioma próprio, rituais religiosos próprios, e vontade de sobreviver e resistir singulares. Há séculos, esse povo vem lutando para manter sua cultura e suas terras,

localizadas entre a Serra do Comunaty e o Rio Ipanema, no Município de Águas Belas-PE. Formados por diversos povos da região, que se juntaram em um só, não se pode dissociar as memórias do povo Fulni-ô da história da formação do referido Município.

Nesse sentido, a participação na Guerra do Paraguai marcou profundamente a memória dos Fulni-ô. Além de forçados a participar do conflito, presos de forma ilegal, maltratados e obrigados a ir à frente de batalha, não receberam qualquer recompensa pelo seu sacrifício, pois a suposta Carta Régia de “doação” das terras tem paradeiro desconhecido. Outrossim, mais da metade da população masculina foi morta no referido conflito, de maneira que as consequências demográficas foram muito grandes para a população Fulni-ô, e ainda são sentidas até hoje.

Com o avanço nas pesquisas, pretende-se estudar mais a fundo e trazer à luz diversos conflitos que aconteceram e ainda acontecem entre os Fulni-ô e a elite fundadora. Todos esses conflitos ocorreram durante o processo fundacional do Município de Águas Belas, o qual igualmente será estudado. Pretende-se também entender como essas relações influenciaram a configuração social e econômica da região ao longo do tempo, ampliando-se o debate sobre a memória e a resistência cultural do povo Fulni-ô, evidenciando suas estratégias de preservação e reafirmação de suas tradições.

Referências

BRANNER, John C. Os Carnijós de Águas Bellas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 94, V. 148, 1927, p. 364. Versão digitalizada do artigo disponível em: https://biblio.wdfiles.com/local--files/branner-1927-carnijos/branner_1927_carnijos.pdf, Acesso em 26/10/2025.

DANTAS, Mariana Albuquerque. A presença indígena na constituição da cidade de Águas Belas, Pernambuco. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, V. 28.2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24217/19653>, Acesso em: 26/10/2025.

DIAZ, Jorge Hernández. Os Fulni-ô. 1998. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>, Acessado em 25/10/2025.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FIORAVANTI, Carlos. O terror das doenças na guerra do Paraguai. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-terror-das-doencas-na-guerra-do-paraguai/>, Acesso em: 27/10/2025.

FRADIQUE, Pedro Lucas Souza. Indígenas em Pernambuco na Guerra do Paraguai. Recife, Tese (Graduação), Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

LUCENA FILHO, Márcio. Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem. Recife, Tese (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

MELO, Mário; CAMPELLO, Samuel; GUEIROS, Jeronymo. Os carnijós de Águas Belas. Revista do Instituto Archeológico Historico e Geográphico Pernambucano, v. 29, 1930, p. 192-193.

QUIRINO, Eliana Gomes. A memória Fulni-ô tecendo o campo territorial. In: Schödrer, Peter. (Org.). Cultura, identidade e território no Nordeste Indígena: os Fulni-ô. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011, p. 89-120.

QUIRINO, Eliana Gomes. Memória e cultura: os Fulni-ô afirmando identidade étnica. Natal, Tese (Pós-graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

VALERIO, Elton Larry. Os impactos da Guerra do Paraguai no Piauí: resistências ao recrutamento, a vida depois da guerra e a luta pelas recompensas prometidas (1865-1920). Porto Alegre, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA:

BRASIL. Decreto nº. 3.371, de 07 de janeiro de 1865. Crêa Corpos para o serviço de guerra em circumstancias extraordinarias com a denominação de - Voluntarios da Patria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficão competindo. In: Disponível In: Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1870. Vol. 1, pt. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871, p. 05. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>, Acessado em 27/10/2025.

Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. In Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 28. Rio de Janeiro: Officinas de Artes Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1908. p. 393-394.